FARDA SUJA

PM expulsa sargento acusado de vender armas

Sargento atuava em Campo Novo do Parecis

Folhamax

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Marcos Vieira da Cunha, determinou a perda do cargo público do 1º sargento da PM, Edson Talismar dos Santos, condenado por venda clandestina de armas e munições. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira, 12, e é retroativa ao dia 5 de dezembro.

De acordo a ação judicial que culminou na perda do cargo, Talismar foi preso preventivamente no dia 21 de julho de 2017, quando o delegado de Campo Novo do Parecis, Adil Pinheiro de Paula, ingressou com busca e apreensão domiciliar e prisão preventiva. O delegado fez o pedido após tomar conhecimento das práticas do 1º sargento.

Dois dias depois, já em liberdade, Edson foi preso ao ser flagrado transportando em sua caminhonete 1 espingarda de 2 canos, calibre não informado; 1 revólver Smith & Wesson, calibre 32,3; 3 munições calibre 32 intactas; 1 espingarda Boito, calibre 20, esta última em nome de Luiz Antônio Ferreira da Silva.

No mesmo dia, a polícia encontrou na residência de Edson 3 munições, calibre 12 antimotim; 4 munições, calibre 12; 3 munições, calibre 32; 11 munições, calibre 44; 159 munições, calibre .40; 162 munições, calibre 20; 1 espingarda, cujo calibre não foi informado; e 1 carabina, calibre 44.

No dia 20 de julho, três dias antes destas apreensões, a polícia apreendeu em outra residência 1 revólver Taurus, calibre 32,

Ele foi condenado também a 7 anos de prisão

e 3 munições do mesmo calibre. Os itens foram apreendidos na casa de Marlon Eduardo Rodrigues de Oliveira que, em depoimento, afirmou os ter comprado de Edson Talismar.

Além da perda do cargo público, o 1º sargento foi condenado também a 7 anos de prisão em regime fechado e pagamento de 100 dias multa.

DE 18 PARA CINCO ANOS

Defesa de João Emanuel consegue reduzir pena

Olhar Direto

A defesa do ex-vereador por Cuiabá, João Emanuel, conseguiu reduzir a pena que ele tinha de 18 anos de regime fechado para apenas cinco, em regime semiaberto. Outras apelações, em quatro processos, estão em tramitação no Tribunal de Justiça. Por conta dos dias de remissão que tem, há a possibilidade de que ele continue respondendo as ações em liberdade.

João Emanuel tem mais três condenações na Justiça, a defesa também já entrou com a apelação. Em uma quinta, o ex-parlamentar não foi julgado e aguarda decisão.

O ex-presidente da Câmara de Cuiabá foi condenado a 18 anos por oito acusações de peculato. O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou o réu por ter fraudado processo licitatório do Legislativo municipal, simulando a aquisição de materiais gráficos com a ajuda do então deputado Maksuês Leite, dono da gráfica Propel Comercio de Materiais para Escritório Ltda, que não teria prestado o serviço.

Sobre João Emanuel, a juíza Selma Rosane Arruda afirmou em sua sentença: "A sua personalidade, contudo, demonstra ser voltada à prática de crimes, eis que ostenta vasta ficha criminal".

EM RONDONÓPOLIS

Médico sequestrado durante roubo de SW4 é resgatado após um dia

Olhar Direto

Um médico de 62 anos, foi resgatado nesta quarta-feira, 12, após ser sequestrado durante roubo de sua camionete Hilux SW4, na terça-feira, 11, em Rondonópolis.

A vítima relatou que foi abordada pelos bandidos em sua residência e que foi vendada e colocada em sua Hilux. Os suspeitos levavam a vítima na camionete, no entanto, ela apresentou problemas mecânicos e foi abandonada. Um outro veículo que acompanhava teria dado apoio e levado o médico até o cativeiro.

Ainda segundo a vítima, os suspeitos faziam monitoramento da frequência utilizada pela polícia. Ele também contou que foi alimentado com pão com mortadela e refrigerante durante o tempo que permaneceu no cativeiro.

O médico ficou o tempo todo vendado e por isso não viu a fisionomia dos bandidos.

MAUS-TRATOS

Força-tarefa fecha 2 clínicas para dependentes e uma amarra pacientes

Alguns eram mantidos em cárcere privado

RD News

Duas clínicas de reabilitação de dependentes químicos em Várzea Grande foram fechadas após uma fiscalização feita pela força-tarefa montada pelo Ministério Público Estadual em parceria com a Polícia Civil, Politec, Vigilância Sanitária em Saúde e a Coordenação de Saúde Mental. Na ocasião, a dona de uma das clínicas e um funcionário foram presos em flagrante.

Entre os problemas detectados está o funcionamento sem alvará sanitário, a ausência de responsável técnico perante o Conselho Regional de Medicina, medicamentos sem conhecimento de origem e armazenados em locais impróprios e internos que informaram sofrer maus-tratos.

Proprietária e funcionário foram presos

Conforme relatos colhidos no local, nos casos em que os pacientes ficavam agressivos eles eram amarrados até se "acalmarem" ou, ainda, eram obrigados a ingerir medicação (calmantes). Os que se negavam a fazer uso via oral recebiam a sedação de forma intravenosa. A fiscalização integrada encontrou também dois pacientes que eram mantidos em cárcere privado. Eles não sabiam quem os levou e nem ao certo a quanto tempo estavam ali. Além disso, foi constatado que as clínicas não comunicavam ao Ministério Público Estadual, no prazo de 72 horas, a internação involuntária de pacientes.

Outro problema constatado pela fiscalização é que as pessoas ficavam nas clínicas até o fim do prazo do contrato. Quem, por exemplo, estivesse recuperado em 4 meses tinha que ficar até o fim do prazo do convênio.

ATAQUE

Menino é atacado por cão da família em Tangará

NAYANA BRICAT / TV Centro América

Um menino de 4 anos foi atacado por cachorro nessa quarta-feira, 12, em Tangará da Serra. A vítima brincava com o animal quando levou a mordida no rosto depois do ataque dentro da casa da família, que fica no Bairro Jardim Dona Júlia.

A avó da criança, Cida Pereira, disse que o animal costuma ficar preso porque é bravo e que, nessa quarta-feira, ele escapou de um cercado onde fica no quintal da casa, correu em direção ao menino e o atacou.

A criança foi socorrida e levada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA).